



8 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 22 de maio de 2026

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,17% São Paulo	177.284	R\$ 5,001 (-0,04%)	15/maio 5,067 18/maio 4,998 19/maio 5,040 20/maio 5,003	R\$ 5,812	14,40%	14,35%	Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88
0,55% Nova York	18/5 177.649 19/5 20/5 21/5						

FIM DA ESCALA 6X1

Redução de jornada demanda mais fiscais

Relator da PEC na Câmara dos Deputados pede ao Ministério da Gestão que convoque todos os auditores fiscais do trabalho aprovados no concurso unificado de 2024 para assegurar os direitos da nova regra, se aprovada pelo Congresso Nacional

» ROSANA HESSEL

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que trata do fim da escala de trabalho 6x1, deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), está preocupado com a falta de auditores fiscais do trabalho (AFT) para colocar em prática o fim da jornada 6x1 no Brasil, caso a matéria seja aprovada pelo Congresso Nacional neste ano.

Para isso, o parlamentar encaminhou ofício à ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, pedindo que ela adote providências para a recomposição urgente da carreira de AFT e faça a convocação integral do cadastro reserva aprovado na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CNPU 1), realizado em 2024, para, assim, garantir a aplicação do novo direito trabalhista.

O certame unificado previa 900 vagas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com mais 1,8 mil para o cadastro reserva da pasta. Foram chamados 900 em primeira chamada para todos os cargos. Como a totalidade das vagas não foi completada, mais 88 pessoas do cadastro reserva foram contempladas em segunda chamada e, no momento, estão fazendo o curso de formação. Mas, de acordo com a Comissão de Aprovados do Concurso de Auditor Fiscal do Trabalho, há cerca de mil cargos vagos, atualmente, na pasta, e o total de auditores é inferior ao recomendado por órgãos internacionais.

Dessa forma, a pedido da comissão, Prates encaminhou ofício ao MGI pedindo a convocação de todos os integrantes do cadastro reserva, uma vez que faltam fiscais para a fiscalização atual, mesmo antes da aprovação da PEC que acaba com a escala de trabalho 6x1. Atualmente, o número de auditores do trabalho

no país é de 2,7 mil, incluindo os 829 novos servidores aprovados via o CNPU.

Esse número, contudo, é inferior ao recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de cerca de 5,5 mil, ou seja, praticamente o dobro da situação atual. Além disso, também está abaixo do total estimado como necessário por especialistas do setor, de 8 mil, para que a fiscalização seja adequada e evite os mais de R\$ 150 bilhões de custos da Previdência Social com acidentes de trabalho, por exemplo.

No ofício enviado ao MGI, ao qual o **Correio** teve acesso com exclusividade, Prates destacou que a falta de fiscalização no Brasil é um problema recorrente e pode prejudicar a execução da PEC 221/2019. No documento, o deputado destacou que o assunto mais discutido nas varas do Trabalho é a questão da jornada de trabalho e das horas extras.

“O dado revela como a exploração excessiva da jornada continua sendo uma das principais fontes de conflito entre trabalhadores e empregadores no Brasil. Isso demonstra que qualquer debate sobre melhoria das condições de trabalho passa, necessariamente, pelo fortalecimento da fiscalização trabalhista. Não basta apenas discutir mudanças formais na legislação ou o fim da escala 6x1. É preciso garantir mecanismos concretos de controle e punição para empresas que descumprem limites de jornada, suprimem descansos ou impõem horas extras abusivas”, escreveu o parlamentar.

“Sem fiscalização efetiva, o risco é que a redução da jornada exista apenas no papel, enquanto milhões de trabalhadores continuam submetidos à intensificação do trabalho e ao adoecimento provocado pelo excesso de horas trabalhadas”, acrescentou o deputado, no pedido. Procurado, o MGI não comentou o assunto até o fechamento desta edição.

Gargalos para a fiscalização

Em 2026, o Brasil registrou o maior volume de licenças médicas por doença do trabalho dos últimos cinco anos. Saúde mental em colapso, trabalho escravo persistente e uma fiscalização que alcança menos de 3% dos empregadores configuram uma crise estrutural com custo bilionário para o Estado e humano para os trabalhadores

ADOECIMENTO NO TRABALHO

4,1 milhões

Número de licenças por doença em 2025 — o maior número dos últimos cinco anos

546 mil

Total de benefícios por ansiedade e depressão — 2º maior motivo de afastamento no país

237 mil

Total de afastamentos por dor lombar (dores na coluna) — 1º lugar entre todas as causas desde 2023

209 mil

Número de licenças por hérnias e transtornos de disco intervertebral

720 mil

Total de acidentes de trabalho registrados por ano no Brasil

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA

■ **3% dos 5,9 milhões** de estabelecimentos foram inspecionados em 2023 — apenas 169 mil no total

■ **1 para cada 33 mil** — é a proporção atual de auditores por trabalhadores — era 1 para 17 mil em 2012

■ **Mais de 40 milhões** de trabalhadores operam na informalidade — exatamente onde a fiscalização já é estruturalmente mais difícil de atingir. O resultado: a maioria dos empregadores nunca recebeu sequer uma visita de inspeção.

O CUSTO DE NÃO RESOLVER

O impacto financeiro e judiciário da omissão

Mais de R\$ 150 bilhões gastos previdenciários com acidentes de trabalho entre 2012 e 2025

Mais de R\$ 25 bilhões custo da Justiça do Trabalho apenas em 2024

Fontes: INSS, MTE, Conselho Nacional de Justiça, Organização Internacional do Trabalho (OIT), e Relator Especial da ONU para formas contemporâneas de escravidão.

POR QUE A FISCALIZAÇÃO NÃO CHEGA

O déficit crônico de auditores fiscais do Trabalho

Há uma década, havia um auditor para cada 17 mil trabalhadores. Hoje, essa relação dobrou — e o problema se agrava com o crescimento da força de trabalho.

Auditores atuais **2.700**

Mínimo recomendado (OIT) **5.500**

Ideal (estudos técnicos) **8.000**

Mesmo após a posse de 829 novos servidores via Concurso Nacional Unificado (CNU), o efetivo permanece em torno de 2.700 profissionais — menos de um terço do considerado ideal para o porte do mercado de trabalho brasileiro.

TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

1 milhão

pessoas estimadas em condição análoga à escravidão hoje

1,6 milhão

crianças em situação de trabalho infantil no país

58 mil

pessoas resgatadas de trabalho escravo desde 1995



Não basta apenas discutir mudanças formais na legislação ou o fim da escala 6x1. É preciso garantir mecanismos concretos de controle e punição para empresas que descumprem limites de jornada, suprimem descansos ou impõem horas extras abusivas"

Leo Prates (REP-BA), deputado federal e relator da PEC do fim da escala 6x1

Relatório

A votação da PEC 221/2019 na Câmara dos Deputados estava prevista para esta semana, mas a leitura do relatório foi adiada novamente. Prates deverá apresentar o relatório na comissão especial na próxima segunda-feira. A expectativa é que a matéria, uma das principais bandeiras do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seja votada na Casa até quarta-feira da semana que vem.

Para ser aprovada, a PEC precisa ser aprovada pelo Plenário da Câmara, em dois turnos, por 308 deputados, no mínimo. E, depois, no Senado Federal, também precisará passar pela votação em dois turnos e ser aprovada por, pelo menos, 49 senadores. No relatório de Prates, está prevista a redução da carga horária semanal de 44 para 40 horas, com dois dias de descanso, sem redução do salário do trabalhador.

DESENROLA 2.0

Mais de R\$ 1 bilhão em dívidas quitadas à vista com desconto

» RAPHAEL PATI

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, fez um balanço do programa Desenrola 2.0, na tarde de ontem. Com dados atualizados até 14 de maio, foram quitadas à vista cerca de 449 mil dívidas, que somam mais de R\$ 1 bilhão, segundo o governo federal. O valor pago somou R\$ 154 milhões, o que indica um desconto médio de 85% nesse período.

O Desenrola é dividido em quatro frentes: Desenrola Famílias, para o público em geral; Desenrola Fies, para os contemplados pelo Financiamento Estudantil; Desenrola Empresas; e Desenrola Rural. O programa oferece desconto de até 90% sobre a dívida, além de taxa máxima de juros de 1,99% ao mês e prazo de 35 dias para começar a pagar.

De acordo com o ministro,

dentro do Desenrola Famílias, já foram realizadas 685,5 mil operações parceladas, também com um desconto médio de 85%. Com parcelas que contam com o aval do Fundo Garantidor de Operações (FGO), foram R\$ 9 bilhões refinanciados, que reduziram o montante para R\$ 1,3 bilhão. No total, ao somar dívidas quitadas a prazo e à vista, foram 1.134.500 operações renegociadas, em um valor total de R\$ 10 bilhões.

“Lembrando que as dívidas não aumentaram nos últimos tempos. O que aumentou foi o serviço da dívida e, portanto, trabalhar na linha do que foi feito no primeiro Desenrola e, agora, para mitigar esse efeito do serviço da dívida das famílias, é algo muito satisfatório para a gente, e esses primeiros dados têm mostrado que o impacto que a gente deve ter para as famílias brasileiras vai ser muito grande”,

destacou Durigan.

Além do Desenrola Famílias, também foi divulgado um balanço sobre os outros braços do programa. No caso do Desenrola Fies, foram 34 mil contratos refinanciados com estudantes, com um desconto médio de 80%.

O ministro também destacou que o Desenrola impulsionou outro programa do governo federal: o Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que registrou um crescimento de 174% em contratações diárias de operação novas de crédito na comparação com abril, antes do lançamento do programa de renegociação de dívidas.

Ainda em relação aos micro e pequenos empreendedores (MEIs), o ProCred 360 registrou um aumento de 9,7 mil novas operações desde o anúncio

do Desenrola, com um valor total de contratos de R\$ 400 milhões. “Quando a gente compara esses últimos dias, desde o anúncio do Desenrola, com o período de abril de 2026, logo antes, houve um crescimento de contratações diárias de 164%, uma média de 1.078 contratações diárias para o programa dos MEIs, que é o ProCred”, destacou Durigan.

FGTS

A partir da próxima terça-feira, participantes do Desenrola 2.0 também terão direito de utilizar uma parcela do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para cobrir parte das dívidas renegociadas, como explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron. Segundo ele, será possível retirar até 20% do fundo ou R\$ 1 mil, o que for maior.

De acordo com o secretário, a liberação só será feita no dia 26 porque a consulta aos valores do saque-aniversário do FGTS será aberta um dia antes. São R\$ 7 bilhões, ao todo, destinados aos trabalhadores. “No dia 26, acontecerá essa liberação de recursos. Então, vai sobrar o saldo residual que ele (o trabalhador) tem no seu FGTS”, explicou Ceron.

Para manter a solidez do fundo, o secretário disse que há um limite de R\$ 8 bilhões a serem utilizados para cobrir as dívidas de participantes do programa. “Nós entendemos que (o valor) é mais do que suficiente”, disse ele, que também lembrou que há mais de R\$ 1 bilhão em dívidas renegociadas por meio do programa somente nas duas primeiras semanas deste mês, que foram acobertadas pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO).

Além disso, o secretário mencionou que estão em vigência novas regras sobre o crédito consignado voltado aos aposentados e pensionistas pelo FGTS. “São mais de 20 milhões de pessoas que são beneficiárias desses ajustes, há mudanças que alongam prazo, ajustam carência, finalizam, encerram, extinguem aquela reserva de mercado para o cartão consignado e para o cartão de benefícios”, explicou Ceron.

Adimplentes

O ministro da Fazenda informou que não há data definida para o lançamento do Desenrola voltado para os adimplentes, que pagam juros mais elevados. A ideia, de acordo com Durigan, é que o novo programa seja definido até o fim de junho. Segundo ele, a medida não enfrenta nenhuma restrição eleitoral.